





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Celina Leão – PP/DF

maio de 2012 e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Busca-se, no caso dessa proposição, reconhecer os efeitos adversos ocasionados por situações que incorram em Estado de Calamidade, devidamente reconhecidas pelo Poder Legislativo de cada ente, no atingimento das metas propostas no Plano de Equilíbrio Fiscal. A proposta guarda coerência com o art. 65 da LRF, que suspende a punição aos entes federativos que se desenquadrem das metas e limites, em razão de eventos imprevisíveis, ou de força maior.

Assim, com base nos argumentos legais acima apresentados, solicito o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões,

de 2020.

Deputada CELINA LEÃO
Progressistas - DF

